

Banco avalia que dívidas ameaçam Real

PERFIL VARIÁVEL

Composição do endividamento dos Estados (em percentual)

Divida em títulos brasileiros
Divida com bancos
Divida flutuante
Divida externa (ARO)

Região Norte

Acre	0	92	8	0
Amazonas	0	84,3	0	15,7
Pará	0	60,1	10,4	29,5
Rondônia	0	63,7	26,7	9,5
Roraima	0	20,1	0	79,9
Tocantins	0	78,9	18,6	2,4

Região Nordeste

Alagoas	0	70,5	12,1	17,4
Bahia	13	62,7	0,9	23,4
Ceará	3,3	51,7	0	45
Maranhão	0	78,5	0	21,5
Paraíba	2,3	58,4	0	39,3
Pernambuco	0	80,9	0	19,1
Piauí	0	75,7	2,7	21,6
Rio Grande do Norte	0	47,1	0	52,9
Sergipe	19,5	70,7	5,9	3,9

Região Sudeste

Espírito Santo	7,1	59,6	7,1	26,2
Minas Gerais	63,9	16,9	7,3	11,8
Rio de Janeiro	61,9	21,3	0,2	16,6
São Paulo	52,7	19,6	3,7	24,1

Região Centro-Oeste

Distrito Federal	0	87,1	0	12,9
Goiás	13,1	70,4	0	16,5
Mato Grosso	6,1	67,4	4,4	22
Mato Grosso do Sul	13,1	58,9	3,2	24,8

Região Sul

Paraná	11,1	44,7	0	44,2
Rio Grande do Sul	58,9	26,7	2,5	11,9
Santa Catarina	30,6	43,3	6,5	19,6

Total

Relatório do Lloyds Bank estima que a rolagem dos débitos estaduais foi responsável por 55% do crescimento do déficit público no ano passado e pode comprometer o plano de estabilização

ÂNGELA BITTENCOURT

A situação financeira do governo federal não está próxima do ideal, mas a dos Estados e dos municípios é considerada muito delicada. "A rolagem da dívida contribuiu para 55% do aumento do déficit no ano, contra 33% no governo federal, e os números mostram que sem uma política especial para essas administrações e, em particular, para o estoque da dívida, será impossível equilibrar o déficit público e sustentar o Plano Real a longo prazo", afirma um relatório do conglomerado inglês Lloyds Bank.

"A principal parte do ajuste de Estados e municípios virá da queda dos juros reais, de 24% ao ano em 1995 para cerca de 15% em 1996, diminuindo por tabela o custo de rolagem das dívidas", avaliam os técnicos do Lloyds. "Parte virá também da venda de algumas estatais estaduais."

O Lloyds lembra, contudo, que os dois principais riscos para o equilíbrio de Estados e municípios neste ano serão os reajustes do funcionalismo e as eleições municipais. "A correção (dos salários) pela inflação passada, que pode superar 25%, está acima da previsão de crescimento de receitas, que será limitada neste ano pelo crescimento mais modesto da economia", dizem os técnicos do banco. "Com isso, a expansão da arrecadação de Estados e municípios, neste ano, deve ficar abaixo dos 25% do ano passado", acrescentam. "Especificamente no caso dos municípios, ainda há o reajuste do salário mínimo previsto para maio, que terá impacto expressivo sobre as folhas de pagamento."

Eleição — Outro fator de pressão será a eleição para prefeitos e vereadores, que pode ampliar os gastos dos municípios este ano. A pressão poderá ser maior caso se-

ja aprovada a possibilidade de reeleição dos atuais prefeitos. Os municípios possuem, porém, uma situação mais confortável que os Estados e devem queimar esta gordura em 1996, acredita o Lloyds Bank. "O comprometimento de receita com funcionalismo, por exemplo, representa entre 50% e 60% das receitas dos municípios em média, para 80% de comprometimento no caso dos Estados", explica.

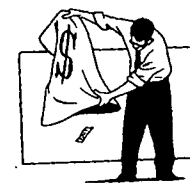
Em conjunto, as cinco regiões do País possuem um perfil de endividamento concentrado em operações sobrecarregadas pelos juros domésticos, que, só no ano passado, superaram em 33% a correção cambial. Dados de outubro do ano passado indicam que 69,5% da dívida total dos Estados, de R\$ 82,594 bilhões, foi contraída na forma de títulos vendidos no mercado, empréstimos bancários

convencionais ou operações de antecipação de receita orçamentária (ARO), de acordo com estudo feito pelo economista Bernard Appy, do E3 — Escritório de Estudos Econômicos.

Em nenhum caso o endividamento externo é expressivo o suficiente para compensar o impacto dos juros internos. A Região Norte não cai na armadilha da dívida pública mobiliária (em títulos), mas é a que possui dívida bancária mais significativa sobre o total: 71,4%. A Região Sudeste, onde estão três dos quatro Estados mais endividados (São Paulo, Minas Gerais e

Rio de Janeiro) é a que apresenta a dívida bancária mais modesta, de apenas 20%. Em contrapartida, a dívida mobiliária alcançava 55,9% do total em outubro.

■ Colaborou William Rodrigo Volpato Pedro



**JUROS
DOMÉSTICOS
COMPLICAM
OPERAÇÕES**